OUT/2026 · AUDIÊNCIA PÚBLICA · COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO SENADO FEDERAL

Direitos da Menina

Dia Internacional da Menina - 11 de outubro

alana

Saúde menstrual, crise climática e ambiente digital: três frentes para a proteção integral de meninas no Brasil.

Ser menina não deveria doer —
nem no corpo, nem no território, nem na tela.

Dor, abandono escolar e violência ainda são tratados como parte “natural” da vida das meninas. Não são. São violações de direitos que o Estado tem o dever de prevenir, com absoluta prioridade (art. 227 da Constituição).

01 · CORPO

Saúde menstrual e endometriose

Dor intensa não é normal — e não pode tirar meninas da escola.

02 · TERRITÓRIO

Crise climática

Quando a escola fecha, é a menina que fica para cuidar — e muitas não voltam.

03 · TELA

Ambiente digital

Adultização e exploração sexual: a violência também tem gênero online.

Em todas as frentes: meninas negras, quilombolas, de comunidades tradicionais, indígenas e com deficiência sentem primeiro e mais forte — e a educação antirracista e inclusiva é parte da resposta.

01

alana

CORPO

Dor não é normal: saúde menstrual é direito

MAPEAMENTO ALANA · DIREITO À DIGNIDADE MENSTRUAL (2026)

A dor tira meninas da escola

Quase 90% das meninas menstruam durante 3 a 7 anos de sua vida escolar. A menstruação acompanha toda a trajetória educacional — e o Estado ainda não.

37,1%

das alunas faltam às aulas todo mês por causa de dores menstruais

Cerca de 2 dias de ausência por mês. Alana e Equidade.Info, 2026.

6 em 10

estudantes que menstruam relatam cólicas moderadas ou fortes

Alana e Equidade.Info, 2026 — 2.551 estudantes ouvidos.

15,3%

já deixaram de ir à escola por falta de absorvente

16,9% na rede pública. IBGE, PeNSE 2024.

45%

das meninas abandonam o esporte até os 15 anos

Nike e Dove, 2023.

Fonte: Instituto Alana, Direito à Dignidade Menstrual (mapeamento, 2026), a partir de IBGE/PeNSE 2024, UNICEF/UNFPA 2021 e pesquisa Alana–Equidade.Info (fev. 2026).

RECORTE DE RAÇA, ETNIA E DEFICIÊNCIA

A dor não é igual para todas

MENINAS NEGRAS · FALTAS ESCOLARES

14,5%

vs. 9,6% das brancas

das estudantes negras faltam de 2 a 5 dias por mês por motivos menstruais.

Alana e Equidade.Info, 2026.

MENINAS NEGRAS · INFRAESTRUTURA

58,8%

das meninas que vivem sem banheiro ou chuveiro em casa são pretas ou pardas.

UNICEF e UNFPA, Pobreza Menstrual no Brasil, 2021.

MENINAS INDÍGENAS E COM DEFICIÊNCIA

Não há dados nacionais sobre a saúde menstrual delas.

A invisibilidade estatística também é uma violação: o que não é medido não vira política pública.

O QUE PRECISA EXISTIR

— Dados desagregados por raça, etnia, território e deficiência
— Banheiros acessíveis e insumos em todas as escolas
— Informação em Libras, braile e linguagem simples
— Atenção culturalmente adequada nos territórios indígenas

Fonte: Instituto Alana, Direito à Dignidade Menstrual (2026); pesquisa Alana–Equidade.Info (fev. 2026).

ONDE AVANÇAMOS · JUN/2026

alana

R$ 60 milhões para pesquisar o que sempre foi ignorado

MCTI · CNPQ

R$ 50 mi

em editais de pesquisa e inovação em saúde da mulher: diagnóstico e tratamento de endometriose, dor pélvica e saúde menstrual.

INSTITUTO ALANA

R$ 10 mi

para criar uma rede nacional de pesquisa especializada em saúde da mulher.

DO ANÚNCIO À CHAMADA

09/06/2026 — anúncio conjunto em Brasília

Ago/2026 — chamada pública aberta no CNPq

“O que não é pesquisado não é compreendido.”

Próximo passo

O Congresso tem 50 proposições sobre saúde menstrual — ainda fragmentadas. É hora de uma política integrada que una saúde, educação, proteção e cuidado, a partir da Lei 14.214/2021.

Fontes: MCTI e Instituto Alana (anúncio de 09/06/2026, Forbes Brasil); chamada CNPq (O Povo, 03/08/2026); mapeamento legislativo Alana (2026).

ENDOMETRIOSE

alana

12 anos

É quanto pode levar o diagnóstico de endometriose.

A doença atinge cerca de 1 em cada 10 mulheres — e começa, muitas vezes, na adolescência. São anos de dor tratada como “frescura” ou “coisa de menina”.

1
Menarca
cada vez mais cedo

2
“Cólica é normal”
a dor é silenciada em casa e na escola

3
Faltas e isolamento
escola, esporte, convivência

4
Peregrinação
por serviços sem investigação

5
Diagnóstico tardio
já na vida adulta

66–73% das adolescentes e jovens convivem com dor menstrual; 30–35% com dor moderada a grave.

62–75% das adolescentes encaminhadas para investigação especializada têm endometriose confirmada.

Fontes: OMS (2023); Wang et al. (2022), Arruda et al. (2026), Sachedina e Todd (2020), citados em Instituto Alana, Direito à Dignidade Menstrual (2026).

MENARCA PRECOCE

Meninas menstruam cada vez mais cedo. O cuidado precisa chegar antes.

36,5% menstruaram pela primeira vez até os 10 anos

65,2% menstruaram até os 11 anos

43% têm cólicas fortes entre as que menstruaram aos 10 anos — contra 27% aos 11 ou 12

PARA QUE A DOR INTENSA NÃO SEJA NORMALIZADA

— Educação menstrual nas escolas desde os anos iniciais, antes da primeira menstruação
— Acolhimento na atenção básica a partir dos 10 anos, com escuta da dor
— Dor menstrual intensa tratada como sinal de alerta, com protocolo de investigação no SUS
— Formação de professoras, professores e equipes de saúde
— Banheiros dignos e absorventes garantidos na escola

Fonte: pesquisa Instituto Alana e Equidade.Info com 2.551 estudantes (fev. 2026), divulgada pela Agência Brasil em 27/05/2026.

02

TERRITÓRIO

Quando o clima muda, a vida das meninas muda primeiro

CRISE CLIMÁTICA E EDUCAÇÃO

A escola fecha. A menina fica para cuidar. E muitas não voltam.

1,17 milhão

de crianças e adolescentes ficaram sem aulas no Brasil em 2024 por eventos climáticos

Maior parte nas enchentes do RS. UNICEF, 2025.

242 milhões

de estudantes em 85 países tiveram aulas interrompidas em 2024

Ondas de calor foram a principal causa. UNICEF, 2025.

12,5 milhões

de meninas por ano podem ter a escolarização interrompida pela crise climática

Fundo Malala, citado pela Plan International (2023).

O CICLO QUE A PLAN INTERNATIONAL DOCUMENTA

1. Evento extremo
enchente, seca, calor

2. A escola fecha
ou vira abrigo

3. A menina assume o cuidado
casa, irmãos, água, renda

4. Ela não volta
trabalho, união precoce, gravidez

Antes mesmo da crise, meninas já dedicam **16 horas por semana** a afazeres e cuidados — meninos, 9,6 horas (IBGE, PNAD Contínua 2022).

Fontes: UNICEF, Learning Interrupted (2025); Plan International, Mudanças Climáticas e Educação de Meninas (2023); IBGE.

PLAN INTERNATIONAL · ESTUDO GLOBAL · OUT/2026

alana

Todo choque climático aumenta o risco de casamento infantil

5.000 meninas de 15 a 24 anos ouvidas, com dados de 52 países ao longo de três décadas.

2x

mais chance de casar cedo ou ter gravidez não planejada entre meninas que tiveram a escola interrompida

36%

viram mais meninas casadas ou em união antes dos 18 anos após eventos climáticos

28%

perceberam aumento da violência contra mulheres e meninas depois dos desastres

+2x

meninas de comunidades minoritárias sofrem mais que o dobro de pressão para casar cedo

NO BRASIL

34.202

crianças de 10 a 14 anos vivem em união conjugal — 77% são meninas

E só 2,4% do financiamento climático global considera crianças; menos de 4% dos projetos olha para meninas.

Fontes: Plan International, estudo global sobre choques climáticos (06/10/2026) e Mudanças Climáticas e Educação de Meninas (2023); IBGE, Censo 2022.

ECA AMBIENTAL · LEI 15.512/2026 · SANCIONADA EM 22/09/2026

alana

A resposta já é lei

A natureza entrou no art. 4º do ECA: crianças e adolescentes passam a ter prioridade absoluta nas políticas socioambientais e climáticas.

ESCOLAS PRIMEIRO

Prioridade na adaptação climática

Escolas entram primeiro nas políticas de adaptação, mitigação e nos planos de resposta a desastres.

DESLOCAMENTOS

Famílias unidas e protegidas

Manter o grupo familiar unido, com proteção contra tráfico, exploração e abusos.

POVOS TRADICIONAIS

Culturas protegidas

Crianças indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e rurais com proteção prioritária.

PRIORIDADE ESPECIAL

Prioridade dentro da prioridade

Primeira infância, crianças e adolescentes com deficiência e em situação de vulnerabilidade.

O desafio agora

Regulamentar o espaço intersetorial, formular a Política Nacional Integrada e garantir orçamento — com olhar específico para as meninas, que pagam a conta do clima com sua escolaridade.

Fonte: Lei nº 15.512, de 22/09/2026 (DOU 23/09/2026); Agência Gov e MDHC.

03

TELA

Adultização e exploração: a violência também tem gênero

VIOLÊNCIA SEXUAL E EXPLORAÇÃO

alana

64

meninas por dia

de até 17 anos são vítimas de violência sexual no Brasil — 308 mil entre 2011 e 2024.

76,8%

das 87.545 vítimas de estupro em 2024 — recorde histórico — tinham menos de 14 anos

5 para 1

cerca de 5 meninas para cada menino entre as vítimas de estupro de vulnerável (≈56 mil meninas)

65,7%

dos estupros acontecem dentro de casa; familiares são 45,5% dos autores

+49,5%

nas denúncias de violações sexuais contra crianças e adolescentes ao Disque 100 (jan–abr 2026)

RECORTE Meninas negras são 52,3% das vítimas em 2024 (56,5% na série histórica). Meninas indígenas somam 342 casos notificados — um número que exige atenção à subnotificação nos territórios.

Fontes: Mapa Nacional da Violência de Gênero (Observatório da Mulher contra a Violência/Senado, Instituto Natura, Gênero e Número, 2026); FBSP, Anuário 2025; MDHC/Disque 100.

ECA DIGITAL · LEI 15.211/2025 · EM VIGOR DESDE 17/03/2026

O ECA Digital foi impulsionado pelo debate sobre a adultização de meninas

Em agosto de 2025, denúncias de exploração sexual e exposição sexualizada de crianças e adolescentes em redes sociais mobilizaram o país — e o Congresso aprovou a lei em semanas.

19%

dos adolescentes de 12 a 17 anos sofreram violência sexual mediada por tecnologia (≈3 milhões); 34% não contaram a ninguém

63.214

novas denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil em 2025 (+19,3%)

+224,9%

nas denúncias de misoginia na internet em 2025

Meninas são o alvo preferencial

Mais discriminadas pela aparência e mais pressionadas a compartilhar imagens íntimas — inclusive por colegas.

O QUE A LEI JÁ GARANTE

— Proteção por padrão e mecanismos confiáveis de verificação de idade
— Contas de menores de 16 anos vinculadas a responsáveis
— Fim do perfilamento para publicidade dirigida a crianças
— Remoção e comunicação às autoridades de conteúdo de exploração sexual

Fontes: UNICEF, ECPAT e Interpol, Disrupting Harm in Brazil (2026); SaferNet Brasil (2026); Cetic.br, TIC Kids Online 2025; Childhood Brasil.

CHAMADO À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Defender o que já conquistamos — e fazer as leis chegarem às meninas

Preservar

ECA Ambiental (Lei 15.512/2026) e ECA Digital (Lei 15.211/2025) íntegros: **sem retrocessos, flexibilizações ou adiamentos.**

Implementar

Regulamentação, orçamento e fiscalização — da Política Nacional Integrada do direito à natureza à proteção efetiva nas plataformas, com estados e municípios.

Integrar

Uma política de saúde menstrual que leve a pesquisa ao SUS e à escola, com educação antirracista e inclusiva e dados por raça, etnia e deficiência.

Ser menina não deveria doer.

alana